Acervo ISA

Documentação
Fonte CB
Data 12/8/98 Pg 12
Class. 1750

Funai bloqueia acesso a aldeias

Funai anuncia amanhã maior restrição ao acesso de estranhos às tribos amazônicas para combater a biopirataria e madeireiros

Pesquisadores, missões religiosas, organizações não-governamentais enfrentarão maiores restrições para entrar em aldeias indígenas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) vai divulgar amanhã portaria com novas exigências para o acesso de estranhos às aldeias, como forma conter a máfia da biopirataria que atua em áreas indígenas. Arquivos da Funai — divulgados no domingo — mostram que grande número de instituições atuam à revelia do governo e muitas vezes põem os próprios índios contra a Funai, além de promoverem um leilão da floresta.

Hoje, para se entrar em uma área indígena não existe muitas restrições nem é preciso cumprir todas as exigências determinadas pela Funai. Algumas autorizações existentes nos arquivos da fundação mostram que, mesmo com restrições impostas por antropólogos, geólogos e outros funcionários do governo, as autorizações foram liberadas.

A portaria estabelecerá limites para o ecoturismo e tentar avançar no combate à biopirataria, um problema tão sério que os próprios índios tentaram resolver em uma reunião, no início do ano, de vários pajés e sábios. Além disso, o governo pretende impor rigorosas restrições aos grupos religiosos.

Segundo o cientista Frederico Arruda, da Universidade do Amazonas, anualmente saem do país cerca de 20 mil extratos de plantas medicinais da Amazônia, colhidas principalmente das áreas indígenas como a dos ianomami, em Roraima, a maior reserva da região. E a Polícia Federal constatou o desembarque de 13.684 estrangeiros no Amazonas, com uma média de 37 por dia. Além dos caciques e pajés, até a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, o Parlamento Latino-Americano já debateram medidas contra a biopirataria na região.

O caso mais recente de biopirataria aconteceu em Tarauacá, no Acre, e só se tornou pública por causa das denúncias do deputado estadual Edvaldo Magalhães (PC do B). Ele flagrou o pesquisador austríaco Rudger Von Greheithaiauf coletando plantas usadas por pajés de várias tribos da região. "Ele formou um banco de dados, fez viveiros das espécies indicadas pelos índios e começou a oferecer para laboratórios no exterior", conta Magalhães. O caso foi encaminhado à Polícia Federal e ao Ministério Público.

OPOSIÇÃO

Os detalhes da portaria são mantidos em sigilo pelos técnicos e pelo presidente da Funai, Sulivan Silvestre, por ser alvo de intensa oposição de grupos contrários — inclusive de índios — e até de políticos.

Para se ter acesso a terras indígenas, normalmente exige-se a comprovação do que vai ser feito, cópias de documentos, atestados de vacinação e a autorização só é dada depois que os antropólogos consultam os índios sobre o pedido. Algumas vezes, porém, os pedidos já chegam à Funai com apoio dos índios, contactados informalmente sem autorização da fundação.

"Hoje a Funai não tem muitos meios para controlar e fazer uma fiscalização de forma eficaz", afirma o ex-presidente da fundação, Márcio Santilli. A prova disso, segundo ele, são as constantes invasões que ocorrem em centenas de terras indígenas.

Em Belém, o superintendente regional do Ibama, Paulo Koury, afirmou que as operações de combate à retirada ilegal de mogno das reservas indígenas do Pará, por empresas madeireiras, serão intensificadas até o final do ano. Ele disse que o envolvimento de alguns caciques das tribos caiapó e panará com os madeireiros não irá inibir as ações do Ibama, da Polícia Federal e do Ministério Público contra os infratores da lei ambiental.

Em Brasília, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara deve votar hoje o relatório do deputado Fernando Ferro (PT-PE) sobre a morte do cacique Chicão Xukuru, em Pesqueira, sertão de Pernambuco. Segundo o deputado, a Comissão pode denunciar o governo brasileiro em fóruns internacionais como responsável pelo assassinato do líder indígena, morto à bala, em 20 de maio último.

A denúncia faz parte das conclusões do relatório do deputado Fernando Ferro, coordenador do grupo parlamentar criado para investigar o caso. "O crime ocorreu em virtude da omissão e da falta de empenho e vontade política do governo, que não cumpre a determinação constitucional de proteger os povos indígenas", afirma o deputado na conclusão do relatório.

No relatório, ele pede ao Ministério da Justiça que sejam asseguradas garantias de vida a outras sete lideranças indígenas xukuru, entre elas, Zenilda de Araújo, viúva do cacique assassinado.

Ronaldo de Oliveira 11.4.98

Índios ianomami da região de Roraima: uma das reservas mais expostas à ação de pesquisadores estrangeiros